



PARECER JURÍDICO DE LEGALIDADE E VALIDAÇÃO Nº 042/2026 – PROC

Processo: **01.05.043501.008544/2025-42**

Interessado: **Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA**

Referência: **Legalidade e Validação da minuta de Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e seus anexos, por meio de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada para o serviço de manutenção eletromecânica de motores elétricos de indução trifásicos e monofásicos, incluindo rebobinamento de motores com substituição de peças novas, acessórios genuínos, em razão das necessidades de garantir a funcionalidade dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios administrado e mantidos pela Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS. PREGÃO ELETRÔNICO. ART. 32, IV; ART. 63, III e ART. 66, da LEI FEDERAL nº 13.303/16, C/C ARTS. 4º, IV; ART. 15, II; ART. 18 E ART. 19, I E III DO CAPÍTULO II DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COSAMA – RILC. DECRETO FEDERAL Nº 10.024/19. POSSIBILIDADE.

1. RELATÓRIO

Trata-se de pedido para análise e validação da minuta de Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico e seus anexos, por meio de Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada **para o serviço de manutenção eletromecânica de motores elétricos de indução trifásicos e monofásicos, incluindo rebobinamento de motores com substituição de peças novas, acessórios genuínos, em razão das necessidades de garantir a funcionalidade dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios administrado e mantidos pela Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.**





Devidamente tramitadas as solicitações, o processo fora autuado como Pregão Eletrônico, no objetivo acima especificado e dentro das condições e exigências pré-estabelecidas no **Termo de Referência nº 061/2025 – GEMAN/DIOP/COSAMA**, às fls. **188/199**, parte integrante deste processo.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

- Memorando nº 444/2025 - GEMAN/COSAMA, às fls. 1-2;
- Nota Técnica nº 130/2025 – GEMAN/DIOP/COSAMA, fls. 03-06;
- PCS Serviço nº 11658/2025 – GEMAN/DIOP/COSAMA, fls. 182-184;
- Relatório de Cotação, às fls.25/110;
- Mapa Comparativo de Preços, às fls. 111/138;
- Despacho GECOMP, às fls. 161/162;
- Termo de Referência nº 061/2025 – GEMAN/DIOP/COSAMA, às fls. 188/199;
- Despacho CPL, às fls. 204;
- Autorização da Presidência, às fls. 206;
- Minuta do Edital e seus anexos.

É o relatório.

Passa-se à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Primeiramente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e as especificações do objeto do Processo nº **01.05.043501.008544/2025-42**.





Norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência com base no art. 37 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

Ancorada nesses princípios, compete à Lei Federal nº 13.303/2016, dispor sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, de prestação de serviços, cumprindo o comando constitucional insculpido no art. 173, §1º e inciso II, introduzido pela Emenda Constitucional 19/1998, o qual disciplina que a lei estabelecerá o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias. Vejamos:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

(...)

(Grifos Nossos)

Desta forma, as estatais passaram a ser subordinadas à Lei nº





13.303/2016, a partir de sua entrada em vigor em 30/06/2016, condicionada a posterior elaboração de regulamento interno de licitações e contratos por parte de cada estatal.

2.1. DA MODALIDADE ESCOLHIDA- PREGÃO- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - EXAME DA LEGALIDADE

A Constituição Federal em seu art. 37, inciso XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas por meio de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta, a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo, encontra guarida no art. 1º da Lei 13.303/2026. Esta dispõe sobre o estatuto jurídico da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.

O Decreto Federal nº 10.024/2019 e o Decreto 3.555/2000, instituíram e regulamentaram a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo Edital.

Já o Sistema de Registro de Preço é um procedimento auxiliar da licitação, previsto no artigo 63, III, da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que consiste em um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras. No sistema de registro de preços, o intuito é realizar uma licitação, mediante concorrência ou pregão, para registrar em ata os preços de diversos itens (bens ou serviços), apresentados pelos licitantes vencedores, que poderão ser adquiridos pela Administração, dentro de determinado prazo, na medida de suas necessidades.

Marçal Justen Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, (2008, p. 201) traz inclusive a distinção entre o Sistema de Registro de Preços e a modalidade Pregão:

Vale uma análise sobre as diferenças entre a sistemática do pregão e a aquisição por meio de registro de preços. O tema foi





bosquejado acima e comporta algum aprofundamento. O pregão é uma modalidade de licitação, enquanto o registro de preços é um sistema de contratações. Isso significa que o pregão resulta num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada), enquanto o registro de preços propicia uma série de contratações, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação, enquanto o registro de preços dá oportunidade a tantas contratações quantas forem possíveis (em face dos quantitativos máximos licitados e do prazo de validade).

(Grifos Nossos)

Quanto à utilização do Sistema de Registro de Preços, considera-se viável, uma vez que, pelas características do objeto podem haver contratações frequentes, as entregas serão por demanda e segundo a necessidade do órgão, e não há como definir exatamente a quantidade que será consumida durante a execução contratual.

O Sistema de Registro de Preços proporciona diversas vantagens para a administração pública, tais como: Estimativa a maior do quantitativo de produtos/insumos/serviços a serem fornecidos; Não obrigatoriedade de contratação dos mesmos, uma vez que são estimados; Registro dos preços dos serviços e produtos por 12 (doze) meses; Diminuição de área para armazenamento de estoques, quando é o caso; Flexibilização dos prazos contratuais, podendo valer-se de 12 (doze) meses (vigência da Ata) ou até 60 (sessenta) meses, na forma da Lei Federal nº 13.3033/2016.

2.2. DA REGULARIDADE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Ressalte-se que o presente parecer não se restringirá ao exame exclusivo da minuta de edital, mas também dos atos do procedimento licitatório realizados até então.

Haja vista que o ato convocatório se caracteriza como uma das peças do processo nº **01.05.043501.008544/2025-42**, com atos anteriores que funcionam como condições necessárias à sua elaboração, sendo infrutífero analisá-lo como se fosse uma peça autônoma, apta a produzir efeitos por si só.

O exame prévio do edital tem índole jurídico-formal e consiste, via de regra,



em verificar nos autos, no estado em que se encontra o procedimento licitatório.

Este processo foi devidamente encaminhado pela Gerência de Licitações, Contratos e Convênios – GLCC, para devidas autorizações e providências, de acordo com os ajustes necessários para realização da licitação.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados de acordo com a legislação pertinente.

É imprescindível, na fase interna e preparatória do processo licitatório, a verificação da minuta do edital e seus anexos. Nesse sentido, deverão ser considerados todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das minutas devidas, sendo respeitadas a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação, desde a solicitação, autorização até a disponibilidade orçamentária; se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa e pesquisa de preços; definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.

Analisando os autos, foi constatado o atendimento dos requisitos exigidos pela norma pertinente, onde o Termo de Referência incluso no processo tem indicação do objeto de forma precisa, há critério de aceitação do objeto e prazos, para contratação de empresa especializada no serviço de manutenção eletromecânica de motores elétricos de indução trifásicos e monofásicos, incluindo rebobinamento de motores com substituição de peças novas, acessórios genuínos, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital analisado.

Observa-se, as diretrizes legais cabíveis ao caso, em especial a do Art. 32, IV, Lei nº 13.303/16, *in verbis*:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:
(...)





IV - Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

(...)

(Grifos Nossos)

A Lei Federal nº 13.303/16, também prevê as modalidades de procedimentos auxiliares das licitações, dentre os quais o Sistema de Registro de Preços, senão vejamos:

Art. 63. São procedimentos auxiliares das licitações regidas por esta Lei:

(...)

III - sistema de registro de preços;

(...)

(Grifos Nossos)

Além dos artigos da Lei Federal nº 13.303/16, acima mencionados, o art. 66, prevê que o Sistema de Registro de Preços seja regido por Decreto do Poder Executivo e por outras disposições ali elencadas, a seguir transcritos:

Art. 66. O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições:

(...)

(Grifos Nossos)

Diante das razões acima é que se remete sempre ao Decreto Federal nº 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.





Na ausência de decreto estadual que abranja a realidade das estatais, o referido decreto federal serve de norte para que as formalidades necessárias sejam cumpridas.

Por se tratar de caso abrangido pela modalidade de Sistema de Registro de Preços, não é obrigatória a apresentação de atestado comprobatório da fonte de recurso orçamentária, sendo dispensada tal exigência até a ocasião de efetiva formalização contratual, conforme disposto no artigo 8º, inciso IV do Decreto Federal nº 10.024/2019:

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

(...)

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

(...)

(Grifos Nossos)

É também possível observar que dos autos integra a comprovação da designação da Pregoeira e de sua equipe de apoio para dirimir o certame.

No Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, há a previsão de utilização da modalidade pregão de forma preferencial, senão vejamos:

Art. 4º. Nas licitações e contratos da COSAMA deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

(...)

IV – A COSAMA utilizará, de maneira preferencial, a modalidade de licitação denominada pregão, ou seja, o modo de disputa aberto, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

(...)





(Grifos Nossos)

Seguindo a mesma linha da lei das estatais, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, também prevê o Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar das licitações:

Art. 15°. São Procedimentos Auxiliares das licitações da COSAMA:

(...)

II – O Sistema de Registro de Preços e

(...)

(Grifos Nossos)

Além dos artigos acima mencionados, os arts. 18 e 19, prevêem que o Sistema de Registro de Preços possa ser adotado no caso em tela, como vemos a seguir:

Art. 18°. As contratações de serviços, incluindo os de engenharia, de aquisição de bens e de execução de obras com características padronizadas, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, poderão ser realizadas pelo Sistema de Registro de Preços – SRP.

Art. 19°. O SRP poderá ser adotado quando:

I - Pelas características do bem, obra ou serviço e da demanda da COSAMA houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

III - Pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela COSAMA.

(Grifos Nossos)

Diante disso, a natureza da aquisição, ou seja, o objeto do presente processo licitatório, é perfeitamente passível de submissão à modalidade de certame eleita pelo setor competente.

Atente-se, ainda, para o fato de que o valor estimado para aquisição



pretendida, está perfeitamente de acordo com os parâmetros de mercado, conforme cotação e pesquisa de preços expressos nos dados do competente mapa comparativo de preço, às fls. 111-138.

2.3. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE REGEM O CERTAME E O PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão eletrônico visa, basicamente, aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório. Permite, ainda, a ampliação da disputa, com a participação de maior número de empresas, de diversos Estados, uma vez que é dispensável a presença dos licitantes no local.

Além disso, é uma modalidade que transformou as licitações públicas, pois trouxe inovações que proporcionaram celeridade e agilidade ao processo e foi instituído com a finalidade de aperfeiçoar o regime de licitações, permitindo o incremento da competitividade e a ampliação das oportunidades de participação no processo licitatório.

Quanto as regras específicas do Pregão Eletrônico, verifica-se que no instrumento convocatório houve o registro de qual será o provedor ou a plataforma que disponibilizará o sistema eletrônico, possibilitando assim uma maior participação dos licitantes interessados, devendo-se tomar como parâmetro a minuta de instrumento convocatório acostado ao processo.

Não obstante, constam ainda: o objeto da licitação; os prazos e condições para assinatura da ata do certame; as sanções para o caso de inadimplemento; as condições de participação das empresas e a forma de apresentação das propostas; os critérios de julgamento; o local, horários e formas de contato com a Comissão de Licitação para esclarecimento, protocolo de impugnações e recursos administrativos; condições de pagamento, critério de aceitabilidade das propostas de preço; critérios de reajustes; e, relação dos documentos necessários a habilitação.

Por fim, observa-se que da presente data até a realização do certame há tempo hábil para convocação dos interessados em participar do certame.





2.4. DA ANÁLISE DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E SEUS ANEXOS

O fornecimento deverá ser conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA N° 061/2025 – GEMAN/DIOP/COSAMA**, às **fls. 188/199**. As propostas e o critério de julgamento estão devidamente descritos, além de trazer as vedações ao direito de licitar e como vai ser o processamento do certame.

Os critérios de julgamento das propostas, os recursos administrativos cabíveis, como se dará a contratação e as penalidades também constam do edital.

Os prazos para a prestação dos serviços e a forma de pagamento também se fazem presentes, tudo de forma clara para que os participantes tenham condições iguais de participação.

Ademais, verifica-se que o edital possui ainda seus anexos, os quais são especificações complementares necessários ao andamento legal do certame, de forma a fornecer aos possíveis licitantes condições iguais de competição.

Por fim, nos demais aspectos, examinada a referida minuta do edital, bem como documentação presente aos autos, a Gerência de Assuntos Jurídicos Consultivos e Contenciosos da COSAMA – GAJ, entende que os mesmos, guardam regularidade com a Lei, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Resta configurada a legalidade e lisura da minuta do Edital de Pregão Eletrônico, e de seus anexos, preenchendo todos os requisitos legais, estando aptos para gerar os efeitos jurídicos esperados.

Da análise do Edital, observa-se que a Administração pretende utilizar a modalidade Pregão de forma Eletrônica para a contratação do serviço, nos termos do art.1º, §2º do Decreto Federal nº 10.024/2019, além das demais legislações pertinentes à matéria:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

(...)

§ 2º - As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto.

(...)

(Grifo Nosso)

O Artigo 3º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019, considera como serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - Bens e serviços comuns- bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

(...)

(Grifo Nosso)

A escolha da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO se deu considerando que o objeto a ser licitado se enquadra no conceito de “bens e serviços comuns” a que se refere o Decreto Federal nº 10.024/2019, assim, o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema vem trazendo para o Setor Público, com a redução dos preços praticados, a simplificação dos procedimentos e a maior celeridade dos certames.





3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, observa-se que o procedimento licitatório se encontra devidamente respaldado na Lei Federal nº 13.303/2016, com arrimo no farto acervo fático e normativo apresentado, notadamente pela regularidade e presença de todas as garantias, observados os princípios que orientam, bem como pelas justificativas apresentadas no decorrer do processo em análise.

Dessa maneira, a Gerência de Assuntos Jurídicos Consultivos e Contenciosos da COSAMA – GAJ, identifica a viabilidade jurídica da minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, e seus anexos, em cumprimento aos requisitos necessários e conforme considerações supra e nos termos dos artigos 32, IV; 63, III e 66, da Lei Federal nº 13.303/16, C/C artigos 4º, IV; 15, II; 18 e 19, I e III, do Capítulo II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, bem como Decreto Federal nº 10.024/19.

Inobstante o interesse e necessidade da presente contratação do objeto deste processo, é decisão discricionária, ou seja, deve ser fruto de decisão oriunda da Diretoria da COSAMA, ante a criteriosa análise da Gerência de Assuntos Jurídicos Consultivos e Contenciosos da COSAMA – GAJ e toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e consideração da Diretoria.

Manaus, 12 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE ARAUJO MARQUES DOS SANTOS
Analista jurídico/GAJ

KARINA LIMA MORENO
Advogada

TAMMY TELLES LIMA DA SILVA
Procuradora Chefe

